

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 5

Francisco Dias


Aos oito dias do mês de Março, do ano de mil novecentos e oitenta e seis, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em quarta reunião da sessão ordinária de Fevereiro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, António dos Santos Costa e José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Primeiro e Segundo Secretários eleitos, respectivamente, e com a presença dos Vogais Rogério da Silva Leitão, José Arménio Sequeira Pereira, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, Carlos Vicente Ferreira, Alberto Augusto Faria dos Santos, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Tavares Duarte, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, António Norberto da Silva Correia, Amândio Ferreira Canha Júnior, Libério da Silva Santos, Artur José Lopes Lobo.

Pelas 10.00 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais José Luis Rebelo de Albuquerque Cristo, José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, António Rocha Dias de Andrade, Gilberto Parca Madail, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, António José Valente, Manuel Simões Madail, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Armando Manuel Dinis Vieira.

De seguida, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação apresentados pelos Vogais, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel do Nascimento, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Fernando dos Santos Manata e Manuel Gaspar Fernandes, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

De imediato, submeteu à votação o haver, ou não, período de Antes da Ordem do Dia, tendo o mesmo sido rejeitado por dez votos contra, três

a favor e sete abstenções.

Imediatamente a seguir iniciaram-se os trabalhos da ORD-
DEM DO DIA.

PONTO Nº. 8 - APRECIACÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1986 - Continuação - (Especialidade).

OBJECTIVO - 03 - ACÇÃO SOCIAL - Sobre o tema em epígrafe e no sentido de prestar esclarecimentos, tomou a palavra o Presidente da Câmara para salientar que, como ^{tem} sido preocupação da Câmara dotar as Freguesias rurais do Concelho com equipamento diverso, nomeadamente para a parte recreativa, desportiva e cultural, o presente objectivo insere-se naquele âmbito de actuação.

Destacou, ainda, as iniciativas inerentes aos projectos para construção de diversas sedes de Junta de Freguesia.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel Arede de Jesus.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Faria dos Santos para solicitar esclarecimentos mais explícitos sobre o projecto inerente à atribuição de subsídios a instituições, nomeadamente sobre que instituições, que critérios e quais os valores.

No que se reporta ao equipamento social, considerou que, muito embora estejam inseridos no plano onze projectos, aquele programa está ali cerçado em apenas quatro dado que, pelas verbas definidas, os restantes serão apenas inserções simbólicas para o início da sua conssecução. Em face daqueles considerandos, perguntou se serão aqueles projectos executados pelos Serviços da Câmara e se porventura assim for, porque motivo se inscrevem tais projectos no Plano.

Em conclusão, adiantou se tal procedimento tem por finalidade demonstrar publicamente que não foram aqueles problemas esquecidos.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo começou por dar nota da não inclusão de qualquer referência aos infantários de St.ª Joana e S. Jacinto, contrariamente ao que se verificou no Plano do ano transacto, pelo que solicitou esclarecimentos acerca daquela situação.

No âmbito do equipamento social realçou a actividade que a Câmara tem vindo a desenvolver no que se refere à implementação daquele equipamento nas Freguesias rurais. Porém e porque naquele programa estão inseridos diversos projectos para implantação de novas sedes de Juntas de Freguesia, entende que deveria a Câmara dedicar especial prioridade à Junta de Freguesia de Santa

Handwritten signature and number 3

Joana, dada a sua recente criação, bem como à de Cacia, que poderá passar pela recuperação do edifício onde actualmente está instalada, dadas as precárias condições em que o mesmo se encontra. No que se refere a Esgueira, considera, pese embora o magnífico porte do edifício onde funcionam os seus serviços, ser urgente a sua recuperação dado estar extremamente degradado, o que se lamenta. Finalmente e em referência ao projecto de transferência da sede da Junta de Oliveirinha, perguntou qual a finalidade das actuais instalações desde que se concretize o projecto de transferência.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Câmara para esclarecer que o edifício onde está instalada a sede da Junta de Freguesia de Esgueira é propriedade da Câmara, cuja recuperação não se insere neste objectivo mas no inerente a construções e grandes reparações ao contrário da sede da Junta de Cacia, cujo edifício é sua propriedade estando por definir pela Assembleia de Freguesia respectiva qual a finalidade a dar ao mesmo, ou seja, depois de constituída a nova sede, será demolido ou restaurado.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Helder Filipe.

Referiu, ainda que, na prática, a Junta de Freguesia de Oliveirinha já está a funcionar numa zona mais central relativamente às anteriores instalações de que é proprietária, desconhecendo qual a sua finalidade. No que se refere à Freguesia de Santa Joana salientou que a Junta está a funcionar num edifício alugado mas com óptimas instalações, pelo que não há uma premência imediata em construir a sua sede própria, tarefa que deverá ser concebida mas a médio prazo.

No âmbito de apoio aos Infantários de Santa Joana e S. Jacinto deu nota de que, não sendo embora obras da directa responsabilidade da Câmara, poder-se-á conceder qualquer apoio através da verba definida para o projecto 01 - apoio a novas construções informando, ainda que, a verba de mil contos inserita no projecto - 02 visa apoiar nomeadamente os Centros de Bem-Estar Infantis existentes no Concelho.

Esclareceu também que as verbas previstas para os estudos de implantação de diversos projectos não se radicam apenas no intuito de abrir novas rúbricas mas serão também o suporte financeiro para os materiais a aplicar na elaboração dos respectivos projectos.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Fernando Augusto de Oliveira para dar algumas notas acerca da problemática da sede da Junta de Freguesia de Cacia, salientando terem sido tomadas deliberações no sentido da construção de um novo edifício e da demolição do actual. Contudo, salientou que, desde que o processo para a construção da nova sede seja rápido, poder-se-ia, ainda, optar

pela restauração das antigas instalações, que estão efectivamente decaídas.

Também no uso da palavra e completando as informações dadas pelo Presidente, o Vogal António Norberto Correia salientou que, de facto, a Junta de Freguesia de Santa Joana está bem instalada, embora provisoriamente.

Porque nada consta no Plano quanto à instalação de um Posto Médico naquela Freguesia, alertou a Câmara para a extrema necessidade de tal equipamento naquela Freguesia, salientando que o programa da Junta prevê a sua instalação na área onde actualmente funciona a pré-primária, pelo que perguntou se há previsões quanto à transferência, a curto prazo, da sala do pré-primário para o lugar do Solposto ou para outras zonas mais carenciadas /populosas, nomeadamente Griné e Alagoas, tendo o Presidente da Câmara esclarecido que será assunto a negociar com o Senhorio do prédio no que se refere às cláusulas de ocupação do mesmo.

Encerrado o debate na especialidade do Objectivo - 03, foi o mesmo submetido à votação tendo merecido aprovação por dezanove votos a favor e três abstenções.

O Vogal Faria dos Santos, representando a bancada do PSD, fez a seguinte declaração de voto: " O nosso voto de abstenção é, como é evidente, não um voto de oposição mas apenas um voto que, como ficou expresso na nossa intervenção, poderia ser mais explícita esta listagem. Por outro lado como profundos combatentes da burocracia, achamos que 100 contos de papel para projecto é muito".

OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO: - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por salientar que este objectivo é, de facto, o mais preocupante, frustrante e angustiante dado que, pese embora todas as iniciativas que se têm tomado na construção de cerca de mil fogos de habitação social, continua a ser difícil encontrar soluções para acudir a todas, que são demasiadas, as situações de angústia habitacional existentes neste Concelho.

Salientou, ainda, que tais dificuldades foram agravadas pela política nacional de habitação, problemática que terá de, forçosamente, sofrer uma inflexão no sentido de ser o Estado a promover a construção de habitação Social ou transferir as verbas necessárias para as Câmaras poderem dar soluções que se tornam extremamente urgentes.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Joaquim Arnaldo Mendonça.

Continuando no uso da palavra, o Presidente da Câmara deu nota que a Câmara continuará a desenvolver a sua política no sentido de minimi-

#heidy .5
M. S. S. S.

zar tão preocupante problema criando condições de compra de terrenos a preços acessíveis para a auto-construção, dados os resultados positivos que tal política tem dado, citando as urbanizações feitas em Cacia, Griné, Sã-Barrocas, entre outras, alertando os Presidentes das Juntas de Freguesia para que estejam atentos ao problema de vendas de terrenos nas suas áreas por forma a que se possa dinamizar ainda mais esta política que tão bons resultados tem dado.

Realçou, de seguida os apoios a prestar à Cooperativa Chave bem como a acção a desenvolver em outras áreas de construção de habitação.

Relativamente ao projecto 02 - Planeamento Urbanístico, começou por salientar que, a necessidade de se reflectir a cidade, programar o crescimento e preparar o futuro, é a filosofia deste grande e difícil programa, filosofia a desenvolver durante o ano corrente, deixando transparecer a ideia da realização em Aveiro da " Semana do Urbanismo em Aveiro " como forma de, entre todos os técnicos do Concelho que têm, de alguma forma, tomado decisões e opções sobre a cidade, poder ser feita a grande reflexão, que defende, para preparar o futuro e programar o crescimento da cidade.

Passando à análise do programa, realçou os projectos nele inseridos, nomeadamente ^{a necessidade} de ser feita uma revisão ao Plano de Pormenor Urbanístico do Centro e uma profunda acção na implementação de uma nova zona industrial no Concelho junto ao novo nó da auto-estrada a sul da cidade, cujo estudo passa pela acção da Câmara dado que o mesmo se situará na sua área territorial, concretamente no lugar do Mamodeiro.

Realçou, ainda, as medidas a tomar quanto ao planeamento da expansão urbanística do Concelho, bem como quanto à expansão da zona industrial já existente.

No que concerne ao programa da iluminação pública destacou a filosofia de que, só através daquele meio, será possível fazer realçar os espaços paisagísticos e os monumentos existentes na cidade, bem como deu nota da iluminação do parque e consequente abertura ao público no período nocturno, obra que já foi adjudicada.

No plano da urbanização considera que o seu conteúdo não é mais do que o desenvolvimento dos trabalhos já encetados nos anos transactos.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Rogério Leitão para tecer algumas considerações comparativas entre o Plano do ano findo e o presente perguntando, de seguida, quais os motivos que levaram à não inclusão do projecto de construção de 60 fogos no Griné no Plano em análise, tendo o Presidente da Câmara esclarecido que o programa do ano transacto previa o

6.

referido projecto de construção de 60 fogos no Grinë dado que havia sido anunciado um programa do Governo para auto-acabamento de construção que se esperava viesse a ser concretizado e que, por o não ter sido, impediu a concretização do projecto da Câmara.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo começou por salientar que, em cada ano que passa, a habitação é um drama que se coloca à Câmara. Contudo, perguntou se não será possível à Câmara intervir com maior empenho naquela área, nomeadamente adoptando outro sistema no que concerne à colocação de terrenos para auto-construção, mas sem a precedência de hasta pública, modalidade que naturalmente provoca o aumento dos seus custos. Ainda nesta área perguntou se a Câmara continua a enfrentar problemas de registos e legalização dos terrenos que adquire, urbaniza e aliena, facto que provoca necessariamente problemas aos adquirentes. Mais perguntou se tem sido usada a figura jurídica das expropriações ou se as aquisições feitas têm sido dentro do plano de negociações directas.

Na área do planeamento urbanístico, perguntou se a política que de alguns/^{anos} esta parte tem sido perfilhada pela Câmara no que concerne à recuperação da zona da Beira-Mar continua a ser acarinhada, tendo o Presidente da Câmara esclarecido que aquela problemática está inserida na área da actuação do Gabinete Técnico Local.

Ainda no uso da palavra e no seguimento das considerações tecidas pelo Presidente da Câmara no que se refere à política de expansão da actual zona industrial, aquele Vogal manifestou a sua incompreensão quanto à forma de prosseguir aqueles intentos já que, em sua opinião, era muito mais importante que se programasse a definitiva conclusão das instalações industriais ali existentes e depois programar a sua expansão. Porém, no que respeita à criação de novas zonas industriais na zona Sul do Concelho, manifestou o seu total apoio ao projecto já que tais medidas se enquadram na política de descentralização.

Relativamente ao programa da iluminação pública, aquele Vogal alertou para a necessidade de serem tomadas medidas quanto à iluminação do monumento a José Estevão, tanto mais que é uma medida que se enquadra na política de iluminação dos monumentos existentes no Concelho.

Concluindo a sua intervenção e abordando o programa da urbanização, aquele Vogal perguntou quais as infraestruturas efectuadas e por efectuar na urbanização da Quinta do Grinë, solicitou pormenores relativamente ao projecto de arranjos exteriores em Santiago, zona onde existem situações chocantes no que diz respeito ao aspecto estético, considerando que a verba definida para

F. Faria dos Santos . 7 .
M. Soares

este projecto não deixa antever a realização de grandes obras que urge realizar.

A fim de esclarecer as dúvidas colocadas e as questões levantadas, tomou a palavra o Presidente da Câmara começando por esclarecer que a responsabilidade dos arranjos interiores de Santiago (estudo paisagístico de equipamento social) é do Fundo Fomento de Habitação existindo, contudo, um acordo entre aquele Organismo e a Câmara no sentido de, através dos seus serviços, ser a Câmara a executar as obras de ajardinamento dos interiores e sua posterior manutenção, para o que foi definida a verba de 500 contos. Mais informou que das infraestruturas para o Grinê estão já executadas as inerentes à pavimentação dos arruamentos, e que, posteriormente, serão concluídos os arranjos interiores da urbanização executando-se, nomeadamente, a pavimentação entre os blocos, execução dos passeios e ajardinamentos.

Mais informou que a inserção no plano do projecto de expansão da zona industrial de Aveiro tem por objectivo uma programação atempada que permita, futuramente, o seu crescimento ordenado e permita dar resposta à procura de terrenos para implantação de novas indústrias quando as condições económicas vierem a incrementar o investimento. No que se refere à política de aquisição de terrenos salientou não ter sido ainda efectuada qualquer aquisição através de expropriação mas sempre por negociação amigável.

Quanto à política de alienação de terrenos para a auto-construção informou que têm sido adoptadas diversas modalidades, nomeadamente em hasta pública e alienação directa.

Também no uso da palavra, o Vogal Faria dos Santos teceu algumas considerações de ordem global, dizendo que o objectivo em análise e correspondentes programas estão bem estruturados. Todavia reportando-se às considerações tecidas pelo Presidente da Câmara quanto à necessidade de se reflectir a cidade, salientou que o programa em análise seria bem mais perceptível por todos se realmente se reflectisse a cidade pois na verdade, os planos de urbanização e as urbanizações já em curso necessitam de ser melhor esclarecidas.

Quanto às verbas definidas para o projecto PRID, que entende serem realmente insuficientes pese embora o facto de se saber que não há maior procura, pensa que a Câmara deveria desenvolver uma acção dinamizadora junto dos proprietários de prédios a preservar no sentido de poderem recorrer àquele sistema de crédito e, assim, poderem ser realizadas as obras de restauração que se impõem.

Por falta de informação mais pormenorizada acerca da implantação do Nó-Sul da auto-estrada, aquele Vogal manifestou o desejo de ser informa-

Thyng . 8 .
[Handwritten signature]

do correctamente sobre a questão.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Helder Filipe para se reportar aos problemas criados pela falta de habitação e pelas dificuldades de acesso ao crédito e considerar que as verbas orçadas para minorar tais carências são efectivamente reduzidas pese embora o facto de se reconhecer que o orçamento da Câmara é limitado por diversos factores, pelo que entende deveria haver um maior esforço no sentido de reforçar as verbas destinadas ao fim a que se reportou.

Reportando-se ao problema do planeamento considera que a cidade deve ser realmente repensada e embelezada por forma a poder recuperar o bonito aspecto que então tinha se bem que não se possa considerar que esteja totalmente desfigurada. Contudo, reconhece que há realmente necessidade de se tomarem alguns cuidados urbanistas e paisagísticos por forma a poder-se encarar o futuro e o crescimento da cidade devidamente ordenado e planeado.

Relativamente à implantação do nó da auto-estrada na área territorial do Concelho de Aveiro, considera que tal obra tem uma importância extremamente grande para o desenvolvimento do Concelho. Contudo, entende que as verbas definidas para o seu estudo não acompanham a importância do projecto pela sua exiguidade, apesar de se prever a implantação nas suas proximidades de uma zona industrial que deveria ser complementada com a implantação de uma zona urbanizada para auto-construção de habitação, política a que é deveras sensível e apoia totalmente.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para salientar que se projecta não só a implantação de uma zona industrial mas também, e como complemento, uma área urbanizada para habitação.

Reconhecendo que as verbas definidas para a construção de habitação são diminutas, salientou que não seria difícil à Câmara mobilizar maiores verbas para o efeito, considerando porém, que tal medida não só diminui a capacidade de investimento da Câmara como implicaria uma opção de fundo a nível de política geral, com origem na distribuição de verbas do Orçamento do Estado pelas Câmaras para aplicação na área da habitação social, ou que o Estado recomeçasse a fazer a promoção directa de habitação social, regime que produziu bons resultados no Concelho de Aveiro.

Esclareceu, ainda, que o nó da auto-estrada será totalmente implantado na área territorial do Concelho de Aveiro e que a Câmara tem desenvolvido acções de dinamização para a utilização do Crédito PRID não só através da divulgação escrita como também através do seu recém criado Gabinete Técnico

Theriz . 9 .
Ma - Silva

Local, designadamente nas declaradas zonas críticas a preservar.

Relativamente ao planeamento urbanístico da cidade salientou que as urbanizações e seus planos surgem no seguimento dos necessários estudos e consequentes aprovações pela Assembleia Municipal, pese embora o facto de não haver obrigatoriedade legal para a apresentação dos Planos de Pormenor Urbanístico à apreciação desta Assembleia.

Também no uso da palavra, o Vogal Sequeira Pereira começou por fazer alusão às considerações tecidas sobre a cidade e seu aspecto estético e, de imediato, recomendou à Câmara que intensificasse a vigilância na apreciação dos projectos que, embora sejam assinados por arquitectos, nem sempre são desenhados por aqueles técnicos. Recomendou, ainda, que fosse intensificada a fiscalização durante a construção dos prédios na cidade já que os projectos aprovados na Câmara são sistematicamente alterados.

Porque também reconhece que os preços dos terrenos em Aveiro são exageradamente elevados, considera que uma das formas de combater aquela situação passa pelo cumprimento integral do projecto 05 - zona de expansão dos aglomerados do Concelho, tarefa a que o Gabinete de Planeamento da Câmara deve dedicar atentamente a sua prioridade de acção, como forma até de se poder fazer um verdadeiro combate às construções e loteamentos clandestinos.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal teceu algumas considerações acerca do Plano de Pormenor Urbanístico do Centro e manifestou o seu total apoio e parecer favorável à sua aprovação quando vier a ser submetido à apreciação desta Assembleia, dado que acompanhou de perto o seu estudo e evolução considerando, também que, a ser executado o Plano Urbanístico para o Cojo, conseguir-se-ia embelezar esta cidade.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Norberto Correia para tecer algumas considerações acerca do presente objectivo, começando por salientar que o projecto 04 - Plano de recuperação e salvaguarda do núcleo antigo de Esgueira, inserido no programa 02 - Planeamento Urbanístico, está de algum modo deslocado no Plano porquanto existe um Gabinete próprio para tratar tais temas, deveria aquele projecto estar inserido na sua área de acção e tutela, facto que contribuiria para se obter uma melhor economia e rentabilização de meios, para o que necessariamente haveria que ser aquela zona declarada zona de intervenção e preservação.

Relativamente ao programa 01 - Habitação, aquele Vogal demonstrou alguma preocupação pela implantação de 88 fogos no Caião, embora a deseje porque entende que o desenvolvimento passa pelo incremento de habitação. Contudo, referiu que a sua preocupação resulta do facto de ter conhecimento dos gra-

Flegin . 10
M. Silva

ves problemas Sociais que se estão a gerar no Grinê, problemas que são de come cimento geral, pelo que alertou para que a construção daqueles fogos não ficasse apenas pelos edifícios mas que fosse a zona dotada das infraestruturas mínimas necessárias a exemplo do que se pretende implementar no Grinê.

Registou; de seguida e com agrado, a política de planeamento urbanístico que a Câmara se propõe desenvolver nas zonas rurais do Concelho, nomeadamente na zona de Vilar até ao Solposto, planeamento que deverá ser urgentemente alargado às zonas do Grinê e Alagoas sob pena do aparecimento desordenado de habitação naquelas áreas.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por saudar particularmente o Vogal Sequeira Pereira pela sua participação nes ta Assembleia Municipal depois de alguns anos como Vereador da Câmara, facto que lhe permite transmitir, como já o fez, algumas das preocupações da Câmara no domínio do Planeamento Urbanístico em toda a sua extensão, desde os Planos de Pormenor da Cidade até aos Planos de expansão dos aglomerados do Concelho, tarefa que não é nem será nada fácil de concretizar.

Tecendo, de seguida algumas considerações acerca do Plano de Pormenor Urbanístico do Centro, onde sobressai arrujado Plano para o Cojo, salientou que a recuperação e salvaguarda no núcleo antigo de Esgueira não poderia ter sido deslocado para a área de intervenção do Gabinete Técnico Local dado que não foi considerada zona de intervenção, embora não esteja posta de parte a hipótese aventada. Referiu, ainda, que está realmente no espírito da Câmara desen volver uma forte acção urbanizadora das áreas urbanas do Concelho como forma de se tentar ordenar o seu crescimento.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Joaquim Mendonça para referir que, embora a sua intervenção possa ser extemporânea, só demonstra que os Vogais desta Assembleia estão efectivamente atentos e sintonizados com os problemas importantes desta Câmara salientando, assim e face às diversas interven ções, que o Plano de Actividades, nesta área, responde às questões importantes do Concelho e da Cidade, facto que entende ser indicador da atenção que a Câmara dis pensa ao tema e de que tem apoio no campo da urbanização.

Porém e porque existem situações menos claras e devem ser realçadas, aquele Vogal perguntou se no campo da auto-construção há sinais do que tem sido efectivamente realizado porque, entendendo que aquela área é extremamente válida e importante, deverá ser devidamente estruturado através de um planeamento objectivo que impeça o crescimento desordenado do Concelho para obviar à criação de futuros problemas urbanísticos.

No âmbito do programa da urbanização e concretamente no

Falcoy . 11 .
M. Mendes

que diz respeito ao projecto 11 - Urbanização do Carril e às dúvidas que a ques-
tão levanta, perguntou se tal empreendimento é particular ou está a cargo da Câ-
mara porque, se porventura for do foro particular, considera que as verbas orça-
das para aquele fim estão indevidamente definidas e poderiam ser aplicadas nou-
tras áreas.

Relativamente à implantação do nó da auto-estrada no Con-
celho de Aveiro e dada a importância de que se reveste tal empreendimento, aquele
Vogal manifestou o seu total apoio à iniciativa de, nas suas proximidades, ser
implantada uma zona industrial. Contudo, admite que a acção da Câmara não deveria
passar pela responsabilidade da sua execução mas tão somente deveria limitar-se
a acompanhar o processo desde o seu planeamento até à execução desenvolvendo uma
acção fiscalizadora dos interesses do Concelho.

No que se reporta ao programa do auto-acabamento que o Pla-
no não contempla, aquele Vogal salientou que, embora seja de data recente, exis-
te legislação em vigor sobre a matéria, facto que permitirá à Câmara introduzi-lo
no seu Plano através de uma revisão ao mesmo.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal corroborou as
considerações tecidas acerca da necessidade de se promover a iluminação do monu-
mento a José Estevão para o que bastaria ter aproveitado a iluminação recentemen-
te efectuada à Igreja da Misericórdia. Corroborou, ainda, as intervenções havidas
sobre a imperiosa necessidade de se implementarem zonas de expansão dos aglomera-
dos do Concelho, factor que não só permitirá ordenar o crescimento do Concelho
como também imporá a preservação de zonas verdes ordenadas.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Fernando Augusto de
Oliveira para agradecer a oferta das publicações das Jornadas da Ria e apelar para que
aqueles exemplares fossem ofertados à Biblioteca da Junta de Freguesia de Cacia,
dado que a matéria neles tratada visa muito aquela região considerando, ainda, que
igual oferta deveria ser feita às restantes Juntas de Freguesia do Concelho.

No que se refere ao programa da habitação e ao projecto
de aquisição de terrenos para a auto-construção, aquele Vogal entende que, dados
os resultados obtidos na Urbanização a Sudeste de Cacia, deveria ser prosseguida
a política de aquisição de terrenos naquela zona para a ampliação da urbanização
existente. Contudo, alertou a Câmara para a necessidade de ser dedicada especial
atenção àquela urbanização nomeadamente no que se refere ao aspecto paisagístico
e no que diz respeito ao abastecimento de água.

No que respeita ao programa da iluminação pública, aquele
Vogal considera que a situação na Freguesia de Cacia é degradante pois que diver-
sas das suas ruas carecem daquele equipamento, pelo que solicitou à Câmara que

12 .
effectuasse diligências junto da EDP no sentido de minorar tais carências.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara manifestou que está no espírito da Câmara prosseguir a política de aquisição de terrenos para auto-construção na urbanização de Cacia, mas pretende, desde já, dedicar maior atenção na execução das infraestruturas base para apoio ao já existente.

Prestou, de seguida, diversos esclarecimentos sobre as dúvidas levantadas, nomeadamente sobre que obras se efectuarão na urbanização do Carril bem como informou que o nó da auto-estrada será projectado com o apoio dos Técnicos da BRISA mas por iniciativa da Câmara, entidade a quem compete ordenar o seu território.

Encerrado o período de discussão do Objectivo 05 - Habitação e Urbanização, o Presidente a requerimento do Vogal Carlos Jerónimo, submeteu-o à votação, programa a programa, tendo-se obtido os seguintes resultados:

Programa 01 - Habitação - aprovado por vinte votos a favor e três abstenções.

Programa 02 - Planeamento Urbanístico - aprovado por vinte e dois votos a favor e uma abstenção.

Programa 03 - Iluminação Pública - aprovado por unanimidade.

Programa 04 - Urbanização - aprovado por unanimidade.

O Vogal Carlos Jerónimo fez a seguinte declaração de Voto: "Abstive-me na votação do programa da habitação porque continuo a pensar que a Câmara deveria demonstrar um maior empenhamento no sentido de encontrar formas para dar resposta a este gravíssimo problema com que o Conselho se debate, Diria mesmo que, ao contrário de algumas das considerações tecidas e porque penso que a Câmara considera isso como uma vitória, não partilho da posição que a Câmara tem quanto ao facto de não ter feito ainda nenhuma expropriação. Penso que um dos grandes problemas para a construção de habitação social é o facto dos terrenos em Aveiro serem muito onerosos, certamente porque a Câmara não utiliza os meios que a Lei lhe faculta para intervir nos terrenos, através da Lei dos Solos e do Código de Expropriações. Claro que esta é a filosofia do que/represento e que ^{aqui}concereteza, não será a da Câmara, e não só, já que o Governo se prepara para alterar a Lei dos Solos por ter acabado a especulação imobiliária, que penso não ter acabado. A minha abstenção no programa do planeamento urbanístico deve-se também a algumas reticências que coloco pela referência feita pelo Presidente da Câmara de que importava determo-nos um pouco e repensar o que é que pretendemos em relação

Faria dos Santos . 13
Faria dos Santos

a Aveiro, e quando se fala num grande número de projectos de Planeamento Urbanístico, e quando se sabe que, apesar de intenções manifestadas pela Câmara durante vários anos, não existe ainda um estudo profundo sobre o ordenamento concelhio, penso que este Planeamento Urbanístico deveria realmente obedecer a uma programação incutida pelo ordenamento concelhio para não se comprometerem soluções posteriormente irremediáveis. Daí o ter-me absterido".

Também no uso da palavra, o Vogal Faria dos Santos fez a seguinte declaração de voto: " A Bancada do Partido Social Democrata votou favoravelmente este objectivo porque reconhece que nele estão inseridos, numa listagem exaustiva e completa, os grandes problemas que preocupam a urbanização e o planeamento da cidade, muito embora reconheça que as verbas atribuídas serão insuficientes para a solução desses mesmos problemas. Todavia dado que a listagem é completa e bastante organizada, mereceu o nosso apoio".

Seguidamente usou da palavra o Vogal Helder Filipe para fazer a seguinte declaração de voto: " Eu apenas me abstive no programa 01 - habitação e urbanismo não porque tenha qualquer coisa contra o programado mas essencialmente porque, como referi na minha intervenção sobre o tema, me parece manifestamente pouco. Portanto a abstenção deve-se apenas ao que não está programado porque o que está programado está bem".

OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE - O Vereador Eng^o. Vitor Silva tomou a palavra para tecer algumas considerações inerentes ao assunto em epígrafe, dando nota dos projectos a realizar, nomeadamente os inerentes ao problema das recolhas de lixo e aterros sanitários, para o que se prevê a aquisição de uma nova viatura. Destacou também a campanha de sensibilização que se pretende difundir junto da população no sentido de ser tomada em consideração a higiene pública.

Entretanto, abandonaram a sala os Vogais Faria dos Santos e Joaquim Mendes Gomes.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Carlos Vicente Ferreira para alertar a Câmara para a situação imprópria que se regista junto do Matadouro, originada pela descarga a céu aberto de tudo quanto é dejecto. Dada a calamitosa situação, entende aquele Vogal que quer a Câmara, quer a Assembleia deveriam tomar posição sobre o problema por forma a que fossem respeitadas, também pelos Organismos públicos, as imposições feitas a particulares no que respeita à construção de equipamento para tratamento de esgotos.

Também no uso da palavra, o Vogal Rogério Leitão começou por perguntar se já está definitivamente resolvido o problema dos esgotos para a ria. Relativamente à salubridade do parque perguntou face às perspectivas de me-

Theris . 14 .
M. Soares

lhoramentos para aquela zona, que medidas de higiene pública vão ser tomadas.

Seguidamente tomou a palavra o Vogal Carlos Jerônimo para se congratular e apoiar inteiramente as iniciativas de sensibilização que a Câmara pretende desenvolver no campo da higiene pública, dado a extraordinária importância de que se reveste para a vida da comunidade. Congratulou-se, ainda por, finalmente, se verificar que alguns projectos para a construção de cemitérios estão em fase de resolução.

Relativamente ao problema dos resíduos sólidos e ao aterro sanitário considera ser boa medida pensar avançar para iniciativas comuns com outros concelhos. Assim, perguntou se porventura não seria viável e rentável a construção de uma estação de tratamento de lixo, bem como perguntou se há estudos sobre aquela possibilidade.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal perguntou se não se prevê a distribuição de mais contentores pelas zonas que mais os justificam, bem como perguntou se nada está programado quanto à construção de balneários públicos, tendo o Presidente da Mesa referido que, no que respeita à higiene pública, se torna necessário promover uma melhor e mais frequente limpeza dos contentores existentes.

De novo no uso da palavra, o Vereador Eng.º Vitor Silva salientou que é inteira responsabilidade da Junta Nacional dos Produtos Pecuários o tratamento dos esgotos do Matadouro, acção que não tem sido desenvolvida, facto que determina uma tomada de posição da Câmara perante as entidades responsáveis. Informou, ainda, que todos os anos se processa a desinfeccção do Parque, para além de outras zonas, bem como esclareceu que foram já solucionados os problemas de ligação de esgotos clandestinos à vala hidráulica que desagua no Parque, facto que em muito contribuía para a existência de insectos.

Mais informou que se estão a desenvolver esforços no sentido da construção de um aterro sanitário em colaboração com a Câmara Municipal de Ílhavo, medidas que até agora não tinham obtido consenso do Órgão Executivo daquela Autarquia.

Concluindo, aquele Vereador teceu algumas considerações acerca da problemática da recolha de lixos através de contentores, informando que se estão a tomar medidas no sentido da aquisição de uma nova viatura e na reparação de uma já existente bem como esclareceu que, semanalmente, é feita a lavagem dos existentes.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para informar que, no que se refere à construção de balneários públicos, não foram tomadas quaisquer iniciativas não só por não ter havido solicitações mas porque se

Fls. 15.
M. Silva

entende que a política a seguir deverá incidir principalmente na distribuição domiciliária de água.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Antônio Norberto Correia para tecer algumas considerações acerca dos problemas que afligem a Freguesia de St^a. Joana, nomeadamente no capítulo do saneamento, equipamento de que tanto carece, dados os graves problemas sociais que provoca. Assim, alertou para a urgência de que se reveste a execução do estudo daquela zona, não só porque são estudos bastante morosos mas também porque sem o estudo efectuado não é possível projectar-se uma estação de tratamento devidamente dimensionada.

Também no uso da palavra, o Vogal Helder Filipe congratulou-se pela inclusão no plano de um projecto importante como é o que se relaciona com a campanha de sensibilização para a higiene pública. Salientou que deveriam ser tomadas medidas no que respeita à limpeza do lago do parque, nomeadamente no que se refere à extracção de lamas e renovações periódicas da água.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara salientou que de facto a Freguesia de Santa Joana representa o caso mais grave do Conselho no que concerne à falta de saneamento, tanto pela inexistência daquele equipamento como pela falta de civismo das pessoas. Pelos factos apontados e, porque se enquadra no conjunto das prioridades da Câmara para o ano em curso e seguintes, salientou que urge de facto promover a sua implementação nas áreas mais carenciadas, nomeadamente na Freguesia de Santa Joana.

Relativamente à problemática da recolha de lixos, salientou que será tema de análise a programação daquela tarefa, que poderá eventualmente vir a ser efectuada, não diariamente mas em dias alternados. Contudo é necessário proceder-se ao estudo prévio.

O Vogal Artur Lobo teceu algumas considerações acerca do tema, concluindo que tal medida poderá não surtir os efeitos desejados e poderá, eventualmente, criar sérios problemas de higiene pública na cidade, tendo o Presidente da Câmara acrescentando que, para obviar a que haja problemas, a Câmara se propõe promover campanhas de sensibilização.

Encerrado o período de discussão foi o Objectivo 06 - Saneamento e Salubridade submetido à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

Pelas 13,10 horas foram os trabalhos interrompidos para o almoço.

Retomados os trabalhos pelas 15.15 horas, verificaram-se as presenças dos seguintes membros da Assembleia: Francisco Fernando da Encarnação Dias, Rogério da Silva Leitão, José Arménio Sequeira Pereira, Isidro Ferrei-

Frederico . 16 .
[Handwritten signature]

ra de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, António dos Santos Costa, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, Carlos Vicente Ferreira, Alberto Augusto Faria dos Santos, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Carlos Alberto da Silva Jerônimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Tavares Duarte, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior, Libério da Silva Santos, Helder Oliveira dos Santos Filipe

No uso da palavra, o Presidente saudou, na pessoa da Dr. Maria Josefa Pimentel, a comemoração do " Dia Internacional da Mulher ".

OBJECTIVO 07 - PROTECÇÃO CIVIL - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara teceu algumas considerações acerca dos projectos inseridos neste objectivo, fazendo realce aos que se reportam às obras para o arranjo da zona envolvente do novo Quartel dos Bombeiros Velhos e ao estudo e aquisição de terrenos para ampliação da parada do Quartel dos Bombeiros Novos.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerônimo associou-se à saudação feita pelo Presidente da Mesa, lamentando que esta Assembleia não tenha uma maior representatividade das mulheres, bem como nas diversas instâncias.

Reportando-se aos subsídios a atribuir às Corporações de Bombeiros aquele Vogal perguntou quais os motivos que levaram à redução dos montantes dos subsídios, já que no ano transacto estavam previstos cinco mil contos e no ano corrente apenas serão atribuídos quatro mil contos.

Também no uso da palavra, o Vogal Rogério Leitão reportou-se à problemática da segurança não só dos edifícios mais altos mas na sua generalidade, já que se verifica uma insegurança muito grande no que respeita à protecção contra incêndios. Mais referiu que embora não seja competência da Câmara tomar medidas de segurança através da aprovação dos projectos, deveria promover o estudo das necessárias medidas de segurança dos seus municípes por forma a evitar eventuais desastres com consequências sempre desagradáveis.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Sequeira Pereira para referir que existe alguma legislação relativamente à protecção contra incêndios estando prevista publicação de novos preceitos legais a aplicar aos edifícios em altura. Mais referiu que a Câmara tem tido a preocupação da protecção contra incêndios, nomeadamente aquando da aprovação de projectos. Entendeu, contudo, recomendar que deveriam as Corporações de Bombeiros existentes na cidade designar um técnico habilitado a apreciar projectos na parte que diz respeito à protecção contra incêndios, medidas que ainda não estão a ser executadas.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais António Rocha

Flores . 17 .
[Handwritten signatures]

Andrade e Artur Lobo.

Após a prestação de alguns esclarecimentos efectuados pelo Presidente da Câmara, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para ler parte do parecer do Conselho Municipal sobre o Plano de Actividades para o ano de 1980, parte essa transcrita no parecer sobre aquele documento para o ano de 1984 sobre a protecção civil: "O Conselho Municipal sugere ao Executivo que tome em devida consideração nas edificações dos "prédios em altura" que sejam devidamente acautelados contra os perigos de sinistro, designadamente de incêndios, de gravíssimas consequências a partir de determinada cêrcea, sem meios próprios de escoamento de quem ali habite ou se encontre e não ofereçam garantias de acesso dos meios de salvamento exterior, pelas específicas instituições de socorrismo (bombeiros), grave problema muitas vezes abordado a nível nacional e ainda recentemente em reuniões das Corporações de Bombeiros da Federação Distrital Aveirense. Parece, assim, de aconselhar que antes da aprovação de qualquer projecto de "prédios em altura" fossem ouvidos os técnicos competentes que pertençam, ou a designar pelas Corporações de Bombeiros, enquanto não existir uma regulamentação ou legislação sobre a matéria. A mesma sugestão se faz relativamente a quaisquer outras edificações que, mesmo não sendo "prédios em altura", careçam de específicas precauções".

Submetido à votação, o Objectivo 07 - Protecção Civil - recebeu aprovação por unanimidade.

OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO

PÚBLICO: - Sobre os projectos inseridos no Objectivo em epígrafe, o Presidente da Câmara realçou a nova política de descentralização de mercados, estando, portanto, projectados novos mercados em Cacia, Aradas e ainda em Esgueira. Mais referiu que irão ser feitos estudos para a implantação de novos mercados nas zonas periféricas da cidade, sem prejuízo de se continuar a estudar a implantação de mercados em Santiago, Agras do Norte, e Sã-Barrocas que venham possibilitar não só uma menor utilização do Mercado Manuel Firmino como também a sua total desactivação e transformação em Centro de Convívio.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Rocha Andrade para manifestar o seu desacordo quanto à inclusão neste objectivo de realizações como a Agrovouga, Feira de Março, e outras dado que, embora sejam um sinal de desenvolvimento económico não serão abastecimento público, pelo que entendia mais correcta a sua inserção na área da cultura e de promoção turística.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal manifestou a sua satisfação pelo facto de se poder vir a concretizar a ideia de se transformar o

18 .
[Handwritten signature]

Mercado Manuel Firmino em Centro de Convívio. Contudo, porque para tal fim consta no Plano e projecto 05- Estudo de novos mercados, porque tal projecto tem constado em diversos Planos de Actividades, entendeu apelar para a sua completa concretização porque a cidade começa a exigir a existência de mais mercados.

Também no uso da palavra, o Vogal Helder Filipe começou por se reportar ao programa do Mercado Abastecedor e à necessidade de haver uma interligação entre aquele projecto e a execução da nova Urbanização do Cojo porque o início das obras daquela urbanização impõem uma rápida definição do programa do Mercado Abastecedor e a consequente libertação do espaço onde actualmente está implantado.

Assim e porque se depreendeu das informações prestadas pelo Presidente da Câmara que o programa do Mercado Abastecedor não terá resolução tão rápida quanto se impõe, perguntou aquele Vogal se terá havido ^{atraso} na apresentação daquele projecto para beneficiar dos Fundos FEDER ou se não terá ainda a Câmara o definitivo estudo da sua implantação.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para corroborar as considerações de preocupação manifestadas acerca do programa do Mercado Abastecedor, por tudo o que representa em termos de alternativa de escoamento de produtos agrícolas de uma zona tão rica como é Aveiro.

Porque lamentavelmente parece terem surgidos problemas com os Fundos FEDER, aquele Vogal solicitou alguns esclarecimentos suplementares sobre o desenvolvimento do programa do Mercado Abastecedor que é realmente de extrema urgência até pelas alternativas que se têm vindo a colocar quanto a Mercados Abastecedores noutros locais, facto que faz com que Aveiro perca o privilégio de poder congregiar o escoamento dos produtos.

Ainda no uso da palavra aquele Vogal manifestou a sua incompreensão por se especificar claramente e com verbas próprias no Plano os projectos de estudo e implementação de mercados em Cacia e Aradas e se remete para um projecto genérico e de estudos de novos mercados a implementar em Esqueira e Santiago, que deveriam ter prioridade por se inserirem em zonas mais densamente urbanizadas e também porque Cacia e Aradas são zonas onde os municípios são auto-suficientes. Pelos factos assinalados solicitou esclarecimentos.

Concluindo a sua intervenção e porque não há qualquer referência sobre o problema da "Feira dos 28", aquele Vogal perguntou se estão em curso alguns estudos e quais para, definitivamente, ser encontrada a solução ideal para aquele problema.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que não se faz qualquer referência à problemática da "Feira dos 28" porque

19
Flávio M. Sequeira

a sua futura localização está já projectada e inserir-se-á na nova urbanização da Forca-Vouga.

Mais informou que será mais fácil implementar novos mercados em Cacia e Aradas não só porque já existem áreas definidas mas também porque se entende que se deve optar pela descentralização dos mercados, para que depois seja mais fácil dimensionar o mercado ou mercados da cidade desde que, através dos necessários estudos, se conclua que haverá necessidade de implementar um a norte e outro a sul do centro urbano.

Também no uso da palavra o Vogal Sequeira Pereira começou por esclarecer que não foi por falta de projectos que a Câmara Municipal de Aveiro não irá receber participações através dos Fundos FEDER, pois que foram apresentados projectos no valor de 750 mil contos, onde estava inserido o programa do Mercado Abastecedor posteriormente retirado, facto que provocou novas negociações através de outros organismos e com alteração da designação actual para " Mercado de Origem", por se inserir em zona de produção.

De novo no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo, ao reportar-se à nova terminologia do empreendimento, perguntou se a Câmara encontra alguma justificação quanto à classificação de um Mercado Abastecedor em Coimbra e não em Aveiro, porque pensa que esta alteração tem algo a ver com a perspectiva de valorização do Baixo-Mondego em detrimento do Baixo-Vouga.

Relativamente à filosofia da Câmara quanto à descentralização de mercados, medidas que apoia, questionou acerca da justificação das mesmas em detrimento das zonas de Esgueira e Santiago, (se bem que quanto a Cacia haja uma justificação) que por serem zonas mais urbanas obrigam os municípios a recorrerem aos mercados para abastecimento doméstico. Por outro lado, pensa que em termos de descentralização se deveriam privilegiar as Freguesias não citadinas mas mais urbanas e não condicionar a implementação de mercados à disponibilidade de terrenos.

Relativamente às questões colocadas e considerações tecidas o Presidente da Câmara manifestou a sua surpresa por terem sido recentemente publicadas notícias do financiamento ao Mercado Abastecedor de Coimbra. Contudo, entende que a nova terminologia do Mercado de Aveiro coloca-o hierarquicamente acima dos Mercados Abastecedores, para os quais também existem na CEE planos de participação, dada a sua importante função.

Salientou de seguida que os novos mercados programados para Cacia e Aradas não surtem em detrimento dos restantes mas sim prioritariamente dentro de uma filosofia de planeamento dos mercados internos, e ainda porque nas citadas zonas existem camadas da população que apenas exercem a sua pro

fissão de operários fabris necessitando, assim, de apoios de mercados.

O Vogal Fernando Oliveira, a propósito das questões levantadas em torno do novo mercado de Cacia, considera extremamente prioritária a sua construção dado que o actual mercado não só não tem capacidade para a procura quer de vendedores quer de compradores como também provoca extraordinárias dificuldades na circulação do trânsito nos dias de realização.

Entretanto abandonou a sala o Vogal Libério Santos.

Alertou de seguida a Câmara para a necessidade de serem tomadas medidas de ordenamento do actual Mercado Abastecedor, dadas as dificuldades criadas para a movimentação dos seus utentes.

O Vogal Carlos Jerônimo referiu que tinha salientado na sua anterior intervenção a justificação do novo mercado de Cacia por ter tido constatado directamente no local que as condições em que funciona são extremamente precárias. Salientou, ainda, que as suas considerações foram feitas no sentido de demonstrar que urge descongestionar o Mercado Manuel Firmino.

Encerrado o período de discussão, foi o Objectivo 08 - Desenvolvimento e Abastecimento Público submetido à votação merecendo aprovação por dezanove votos a favor e três abstenções.

O Vogal Faria dos Santos fez a seguinte declaração de voto: "A bancada do Partido Social Democrata absteve-se porque considera que as exiguas verbas inscritas no objectivo oitavo que tem como tema principal o desenvolvimento económico e o abastecimento público são insuficientes para durante este ano se poder executar qualquer avanço significativo neste sector, pelo que ficamos com a ideia de que, quer o desenvolvimento económico quer o abastecimento público terão que ser adiados. É nesta circunstância que nos abstemos".

OBJECTIVO 09 - COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por salientar que o presente Objectivo é o que maior peso provoca no Orçamento, dado que envolve toda a problemática dos arruamentos desde a abertura até às pavimentações pois que, embora a panorâmica actual do Concelho no campo das pavimentações não seja má, existem ainda situações pontuais que urge resolver, provocadas pelo natural crescimento urbano do Concelho.

Contudo, realçou que no presente Objectivo estão inseridas três grandes obras que por si só absorvem verbas elevadas, quais sejam a conclusão da passagem superior da Avenida 25 de Abril e seus acessos, continuação da abertura da Avenida Central e a Central de Camionagem.

Teceu, ainda, longas considerações acerca dos projectos

e programas inseridos neste objectivo, destacando a necessidade de, após se ter conseguido uma situação razoável no âmbito das pavimentações rurais, se promover a rectificação e recuperação de pisos da zona urbana, que se encontram realmente em mau estado de conservação.

Entretanto, abandonou, a sala o Vogal Joaquim Mendes Gomes.

Também no uso da palavra o Vereador Eng^o. Vitor Silva deu nota do projecto de aquisição de terrenos para o Parque TIR e Alfândega, projecto que obstará a que os camiões de grande porte circulem na cidade. Traçou de seguida a panorâmica de acção no que se refere à pavimentação de arruamentos rurais, salientando que os projectos inseridos neste programa resultaram da apresentação de sugestões pelas Juntas de Freguesia.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Rocha Andrade para realçar a preocupação existente quanto à necessidade de se proceder à recuperação da Rua do Clube dos Galitos e Belém do Pará e, paralelamente, alertou para o problema da sinalização quer naquela zona quer em outras artérias da cidade lacunas que urge suprimir. Manifestou, também, a sua preocupação quanto ao péssimo estado de conservação em que se encontra a variante (E.N. 109) que importa reparar, bem como no que respeita à estrada de S. Bernardo e à falta de sinalização das obras que ali são executadas, facto que muito contribui para a falta de segurança dos utentes daquela via.

No que respeita ao problema do estacionamento, alertou para a necessidade de serem tomadas medidas junto da PSP que obstem a transformar a Praça Marques de Pombal num museu de viaturas acidentadas, pois entende que se a PSP não possui instalações próprias para o efeito deve tomar providências no sentido de as conseguir, tanto mais que o espectáculo é muito pouco dignificante para a cidade.

Como sugestão e no intuito de se poder melhorar o ordenamento do estacionamento na cidade, entende aquele Vogal que deveria a Câmara proceder à demarcação no pavimento e ao longo das artérias citadinas as áreas de estacionamento por veículo, mesmo sem a imediata implementação dos parcometros. Paralelamente entendeu sugerir que fossem implementadas e definidas zonas de estacionamento para motociclos.

Complementando as suas considerações sobre a problemática do estacionamento, aquele Vogal sugeriu que fossem estudadas pela Câmara possibilidades de serem construídos silos-autos, pois considera que não só se conseguiriam melhores condições de estacionamento e de circulação viária como tam-

Helder Filipe . 22 .
Carlos Vicente Ferreira

bem seria tal investimento rapidamente recuperado financeiramente através da criação de taxas de utilização.

Também no uso da palavra, o Vogal Helder Filipe começou por salientar que é neste objectivo em que a sua opinião mais diverge da filosofia da Câmara pois que, muito embora seja um objectivo que absorve cerca de 149 mil contos, apenas três dos seus projectos têm cerca de 107 mil contos de verbas definidas, cujos critérios de aplicação não são os mais correctos, já que se poderá considerar correcta a verba definida para a continuação da abertura da Avenida Central e menos correcta a definida para a passagem superior da Avenida 25 de Abril porque sempre se admitiu que fosse uma obra totalmente comparticipada. Quantos aos acessos daquela obra solicitou pormenorizados esclarecimentos.

No que respeita ao terceiro grande projecto deste Objectivo, considera que não existem quaisquer dúvidas quanto à sua real necessidade para a cidade. Contudo, entende que mobilizar 50 mil contos num só ano para tal empreendimento, tendo em conta os condicionalismos impostos pela redução de verbas e o facto de não ter a Câmara grandes disponibilidades financeiras não é a filosofia mais correcta, dado que se tivesse sido feita uma programação para sua execução por fases seria possível acorrer a outras situações, nomeadamente melhorar as condições de estacionamento nas artérias da cidade e junto da estação da C.P., zona onde deveria ser construído um silo-auto dadas as enormes carências de estacionamento, bem como proceder à recuperação dos pavimentos, acção que poderia assentar numa conjugação de programas de obras entre a Câmara, EDP e os CTT e que necessariamente contribuiria para uma melhor economia de verbas.

No que respeita à reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e à verba para o efeito definida, pensa que não será possível conseguir os Objectivos idealizados em curto espaço de tempo, o que se lamenta dada a urgência de que se reveste tal empreendimento.

Seguidamente tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para discordar com a inclusão no programa 01 - rede viária e sinalização do projecto 09 - aquisição de terrenos para o parque TIR e Alfandega por entender que, a exemplo do que se verificou no Plano do ano transacto, deveria estar inserido no programa inerente a transportes.

Entretanto abandonou a sala o Vogal Carlos Vicente Ferreira.

Ainda no uso da palavra e dadas as enormes dificuldades que sente em emitir opinião sobre os diversos projectos de obras para as artérias da zona rural, perguntou se os mesmos foram estabelecidos em colaboração com to-

das as Juntas de Freguesia, bem como solicitou esclarecimentos acerca da situação da passagem de nível existente junto da Escola Preparatória de Esqueira. Manifestou também o seu incondicional apoio ao projecto de rectificação dos pisos das artérias da zona urbana e fundamentalmente no que respeita à Rua Clube dos Galitos e Belém do Pará, perguntou se existe já qualquer estudo que preveja uma solução definitiva para o problema.

Na área da sinalização, aquele Vogal entende justificável uma reformulação da sinalização implantada na zona da Beira-Mar que pensa não foram suficientemente estudadas as soluções encontradas, por se verificar que não corresponde aos interesses das populações daquela zona.

Dadas as perspectivas para a reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, aquele Vogal alertou para a necessidade de ser estudada uma solução que anule ou pelo menos atenuar os conflitos de trânsito no entroncamento da Rua Luís Gomes de Carvalho com a Avenida.

Concluindo a sua intervenção, e reportando-se ao projecto da Passagem Superior da Avenida 25 de Abril, apelou para que a Câmara se detenha sobre o estudo de algumas soluções que possam de algum modo evitar conflitos não são no que se refere à circulação viária como também quanto à protecção dos estudantes em municípios em geral que utilizam aquela artéria face ao inevitável avolumar do trânsito logo que aquela passagem esteja em funcionamento.

De imediato, usou da palavra o Vogal Rogério Leitão para referir que quando se analisa um Plano no campo das comunicações e transportes ressalta a grande preocupação que há com a circulação rodoviária e um relativo esquecimento quanto aos problemas de protecção de peões. Sendo esta cidade de algum modo plana, poder-se-ia fomentar um pouco mais a circulação pedonal e uma maior utilização de bicicletas, desde que sejam criadas melhores condições de segurança, facto que garantia uma redução de circulação de automóveis nas artérias centrais mas que, paralelamente, obrigaria à implementação de parques de estacionamento em zonas estratégicas. Quanto ao problema do estacionamento das viaturas TIR, considera que tal projecto não só irá permitir uma menor circulação de veículos de grande porte pelas artérias do centro citadino como também possibilitará a tão desejada rectificação dos pisos da zona urbana. Contudo porque é evidente e substancial a redução de verbas para a aquisição daqueles terrenos comparativamente com as do ano transacto, perguntou quais os motivos que provocaram tais diferenças.

Finalmente sugeriu que fossem implementadas medidas pendentes a descongestionar o trânsito nas artérias mais procuradas, para o que bas

24
Theo
Santos

taria colocar painéis indicativos das vias alternativas para os mesmos percursos, objectivos que mais facilmente seriam conseguidos se fosse solicitada a colaboração dos agentes de trânsito da PSP.

Imediatamente a seguir tomou a palavra o Vogal Fernando Augusto de Oliveira para solicitar esclarecimentos relativamente à implantação do Parque TIR.

Reportando-se ao mau estado de conservação em que se encontra a variante e suas valetas, que têm provocado inumeros acidentes de viação e dificultam o acesso às habitações que confinam com aquela artéria, aquele Vogal apelou para a colaboração da Câmara à Junta de Freguesia de Cacia no sentido de se proceder à reparação das valetas.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Faria dos Santos para salientar que com o desenvolver dos trabalhos e com a análise do Plano, se começa a vislumbrar a filosofia de acção que não foi declarada no início dos trabalhos. Mais salientou que a sua bancada, através do voto de abstenção acabou de manifestar, não o seu total desagrado mas o seu não apoio às exiguas verbas atribuídas para desenvolvimento económico e abastecimento público. Contrariamente àquela situação considera que o objectivo em análise, porque corresponde a um terço do valor global do Plano, é um dos seus grandes objectivos só que, setenta e um por cento do seu valor é absorvido por apenas três projectos, e o restante valor daquele objectivo será aplicado em obras urbanas e rurais significando, portanto que, em três grandes obras e na cidade serão gastos cento e trinta mil contos dos cento e cinquenta atribuídos ao Objectivo - 09, distribuição que não se adapta à filosofia da sua bancada. Sendo todavia certo que existem obras às quais não poderá ser negada a sua real importância, pensa que deverá haver ponderação e equilíbrio na distribuição por todo o Concelho dos benefícios que a Sociedade e o desenvolvimento oferecem.

Sobre o ponto de vista específico aquele Vogal solicitou esclarecimentos acerca do que se pretende realizar com o projecto dos acessos à Passagem Superior da Avenida 25 de Abril pois que, se as previsões apontam para que todo o trânsito do cruzamento de S. Bernardo passe a ser canalizado para aquele novo acesso e dado que o cruzamento da Ponte de Pau já não apresenta soluções de fluidez de trânsito, o que levará os automobilistas a optarem também pelo novo acesso, avolumar-se-á o trânsito na Avnida 25 de Abril, situação contraproducente se atendermos a que na zona estão situados dois estabelecimentos de ensino e grande parte do património histórico da cidade.

Entretanto abandonou a sala o Vogal Artur Lobo.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal teceu algumas considerações acerca do projecto para o Parque TIR, projecto que não está bem enquadrado no programa da rede viária e sinalização salientando, contudo, que de verã haver o cuidado de não afastar demasiadamente o Parque do centro da cidade sob pena de não poderem as "tripulações" dos camiões usufruírem das vantagens da cidade e nela poderem usar as suas divisas.

Relativamente ao projecto de reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e no seguimento dos esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara, aquele Vogal manifestou votos para que sejam encontradas as medidas que proporcionem uma reconversão mais aprofundada.

De novo no uso da palavra, o Presidente passou a responder às questões levantadas, e informou que pese embora o facto de ter sido feito um despacho no sentido de ser a variante (E.N. 109) municipalizada, a Câmara tomou uma posição de não o fazer enquanto não for devidamente repostos o seu pavimento até, como defesa do erário municipal porque a obra orçará em cerca de 100 mil contos.

Prestou, ainda, diversificados esclarecimentos, nomeadamente sobre a existência do planeamento de obras de pavimentações de vias com diversas entidades, sobre a obra da Passagem Superior da Avenida 25 de Abril que, apesar de ser comparticipada, continua a ser da responsabilidade da Câmara e por isso incluída no seu Plano de Actividades bem como os seus acessos.

No que respeita à problemática dos seus acessos esclareceu que a sua ligação à restante malha viária urbana se baseia num plano director viário devidamente aprovado e cuja execução passa por diferentes fases. Assim considera que, quer os acessos à Passagem Inferior de Esgueira e à Passagem Inferior da Forca, já definidos, quer aquela Passagem Superior terão interligação através da Avenida Central que, junto da Ponte de Pau, terá um tabuleiro superior para anular o entroncamento ali existente. Mais esclareceu que hoje não era possível circular-se na cidade se não tivessem sido executadas as Passagens Inferiores de Esgueira e da Forca, cujos acessos são provisórios a médio prazo.

Informou, ainda, que os projectos de pavimentação de aruamentos nas freguesias rurais são definidos pelas respectivas Juntas, bem como informou que o Plano de Urbanização da Forca-Vouga aponta para a extinção do troço Azurva-Aveiro da linha do Vale do Vouga, solução a que a C.P. adere, por forma também a serem eliminadas as diversas passagens de nível existentes naquele troço e nomeadamente junto da Escola Preparatória de Esgueira.

Ainda no uso da palavra e reportando-se às considerações

tecidas acerca da filosofia do Plano, o Presidente da Câmara começou por referir que as grandes obras inseridas no objectivo das comunicações e transportes não trazem apenas benefícios para a cidade mas sim para todo o concelho e seus municípes e que a grande opção seguida durante alguns anos de dotar as zonas rurais do concelho com as infraestruturas rodoviárias indispensáveis deu agora lugar à correcta opção patenteada no Plano para o ano corrente que consiste na maior acção de projectos de obras a realizar na área urbana.

Retomando a análise da problemática da Passagem Superior da Avenida 25 de Abril e fazendo referência às grandes críticas tecidas sobre a sua localização, colocou a questão inerente às eventuais alternativas para a sua execução desde que se mantenha a filosofia de eliminar as grandes barreiras físicas constituídas pela linha do caminho de ferro. Mais referiu que, logo que esteja em funcionamento aquela obra, poderão ser tomadas medidas de ordenamento de trânsito no sentido de diminuir a circulação de trânsito na Avenida 25 de Abril.

Deu ainda nota de que o Plano da Forca-Vouga, no sentido de se fomentar o uso da bicicleta, prevê a existência de traçados próprios para o fim e que a reconversão projectada para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho prevê a remodelação e ordenamento de trânsito e definição de zonas de estacionamento.

Seguidamente, tomou a palavra o Vereador Eng^o. Vitor Silva para prestar alguns esclarecimentos sobre as questões colocadas no âmbito da rede viária e sinalização informando que estão já feitos estudos tendentes a corrigir o pavimento na Rua Clube dos Galitos cuja degradação se deve não só natureza do sub-solo como também à grande circulação de carros pesados, bem como esclareceu que o mau estado geral das artérias da cidade se deve àquele facto, situação que tende a ser corrigida com a implementação de medidas de proibição de circulação dentro da cidade de veículos de carga superior a cinco toneladas.

Mais informou que a reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho passa pelo ordenamento do trânsito e estacionamento, cujo projecto está desde há muito concluído mas que ainda não prevê a sua pavimentação betuminosa, dado que, previamente, se torna fundamental proceder à reformulação da rede de águas e saneamento.

Quanto à sinalização, começou por salientar que, não havendo em trânsito soluções ideais, as adoptadas para a zona da Beira-Mar melhoraram significativamente o trânsito naquela zona, mais salientando que o seu êxito total depende da adaptação dos municípes aos esquemas implementados.

Concluindo a sua intervenção informou que a verba defi-

27
[Handwritten signature]

nida para o projecto de aquisição de terrenos para o Parque TIR tem por finalidade a aquisição de pequenas parcelas de terreno, pois que a maior área será adquirida pela Alfândega.

Encerrada a discussão do Objectivo 09 - Comunicações e Transportes, o Presidente submeteu-o à votação tendo merecido aprovação por treze votos a favor e seis abstenções.

OBJECTIVO 10 - MEIO AMBIENTE - O Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu nota de que a Câmara tem procurado e continuará a tomar medidas tendentes ao melhoramento do ambiente, nomeadamente no que se refere aos ajardinamentos e arborizações como forma de se conseguir humanizar a cidade, tendo-se para o efeito contratado uma arquitecta-paisagista e criado um Gabinete de Desing para fazer os estudos dos espaços susceptíveis de decoração e embelezamento da cidade e para acompanhar o crescimento que a cidade tem tido e continuará a ter.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Joaquim Mendonça para solicitar esclarecimentos relativamente ao projecto de beneficiações dos canais e se nomeadamente aquele projecto se refere aos canais da jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro ou a quaisquer outros e, ainda, se existe qualquer protocolo entre aquele Organismo e a Câmara para os fins em vista, tendo o Presidente da Câmara informado que o projecto será executado com o acordo dos Serviços Técnicos da JAPA, implicando a sua iluminação e pintura dos muros. Adiantou, ainda que, embora não haja qualquer protocolo assinado, seria desejável que a JAPA se associasse ao projecto, se bem que já esteja acordado que aquele Organismo se responsabilizará pela recuperação dos muros existentes e pela construção dos muros do canal de S. Roque e do canal central no troço existente entre a Ponte de Pau e a Fábrica Jerônimo Pereira Campos.

Também no uso da palavra, o Vogal Rocha Andrade salientou que também deveria ser tratada neste objectivo a problemática dos passeios, nomeadamente quanto às comodidades que devem proporcionar aos peões e não têm proporcionado, bem como quanto ao seu aspecto estético, temática que por se inserir no meio ambiente, deveria ser mais cuidada por forma a impedir-se que os passeios estejam sistematicamente destruídos.

Reportando-se ainda ao meio ambiente e concretamente a diversas acções levadas a cabo por outros municípios, aquele Vogal considera que a Câmara deveria implementar medidas tendentes a melhorar a qualidade do meio ambiente e a sua defesa, impondo regras na aplicação dos materiais de cons

trução fabricados na região, nomeadamente no se refere à cerâmica, de modo a que se possam moderar os costumes e possibilitem a identificação do povo que somos.

Apontou, de seguida, uma lacuna existente no objectivo do meio ambiente e que consiste na inexistência de promoção de esplanadas, por que considera ser este um aspecto de vivência das populações e que em Portugal se não verifica. Face ao que referiu, entendeu sugerir que a Câmara fizesse aquela promoção através de uma acção de desagravamento fiscal no que respeita ao pagamento das taxas por ocupação da via pública.

Imediatamente a seguir tomou a palavra o Vogal Faria dos Santos para, na qualidade de cidadão e Presidente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, reforçar a intenção daquele Organismo numa estreita colaboração com a Câmara Municipal de Aveiro, colaboração essa que está já definida através de acordos firmados. Referiu, contudo, que a Junta Autónoma é um Organismo que, fundamentalmente, se preocupa com a navegabilidade e a eficácia das vias de navegação, não se podendo preocupar com questões de estética, questões essas que estão no âmbito das competências da Câmara Municipal. Embora a colaboração entre aqueles Organismos venha a ser um facto, referiu que a Junta Autónoma não só não tem a autonomia financeira da Câmara como também não possui um quadro técnico como a Câmara, facto que não permite à Junta desenvolver as acções para que é solicitada.

Entretanto reentrou na sala o Vogal Artur Lobo.

Ainda no uso da palavra e em análise ao objectivo do meio ambiente aquele Vogal entende que o Plano precisa de ser mais meditado, porque o meio ambiente é uma temática que abrange muitas facetas, facto que poderia levar à conclusão de que para tão importante e tão grande objectivo a Câmara apenas definiu seis projectos e um programa, sendo a área tão vasta para a criação de outros programas e para a definição de verbas superiores aos cerca de oito mil contos para o efeito definidos.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Manuel Tavares Duarte para perguntar se o Canal da Ribeira de Esgueira também se insere no projecto - 01 - beneficiação dos canais, pois que, estando inserido na área urbana da cidade, apresenta um péssimo aspecto estético não só porque já quase não tem muros de protecção como também porque recebe o saneamento de toda a zona envolvente.

O Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados e tecer algumas considerações, começando por infor

mar que o canal da Ribeira de Esgueira está realmente degradado situação que será alterada a partir do momento em que a JAPA proceder à reposição dos muros laterais e após a conclusão e entrada em funcionamento da estação de tratamento de esgotos em Esgueira, cujo estudo está já concluído.

Teceu, ainda, algumas considerações acerca da filosofia do incremento de esplanadas, referindo que tem sido uma das preocupações da Câmara. Contudo, pese embora poder vir a ser contraproducente a isenção do pagamento de taxas por ocupação da via pública, tanto mais que os seus custos não são elevados e nunca foram manifestadas sugestões nesse sentido, poder-se-á estudar o problema sob a perspectiva do interesse público da questão.

Encerrado o período de discussão, o Presidente submeteu à votação o Objectivo 10 - Meio Ambiente tendo merecido aprovação por dezanove votos a favor e uma abstenção.

OBJECTIVO 11 - GABINETE TÉCNICO LOCAL - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara deu nota da filosofia que esteve na origem da criação do GTL, referindo que a sua constituição não é feita por funcionários da Câmara estando contudo destacada uma arquitecta dos seus serviços para servir de elo de ligação. Mais referiu que a sua função consiste no estudo da preservação das zonas antigas da cidade, cuja acção será comparticipada pelo Estado através dos Organismos vocacionados para o efeito, embora ainda haja muitas ambiguidades, nomeadamente sobre a implementação dos apoios financeiros, facto que contribuiu para que este seja o único objectivo em que existem verbas a definir.

Entretanto abandonou a sala o Vogal Carlos Jerónimo.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Joaquim Mendonça para solicitar esclarecimentos relativamente aos critérios da afectação de verbas para os projectos inseridos no programa - habitação e urbanismo - reabilitação urbana, projectos que poderiam estar inseridos nos programas correspondentes quer à habitação quer ao urbanismo, solicitando também esclarecimentos quanto aos motivos da separação daqueles programas...

Reportando-se concretamente aos projectos, salientou que o referente a aquisições diversas é o que tem verbas mais elevadas e totalmente definidas, cuja aplicação deveria ter sido devidamente especificada.

Tomando a palavra, o Vereador Eng^o. Vitor Silva informou que o GTL é um Gabinete criado exclusivamente para a recuperação da zona antiga da cidade e cuja recuperação é comparticipada pelo Estado. Mais informou que insidindo a sua intervenção numa zona de moradores com rendimentos bastante baixos, a Câmara intervém desde a execução dos projectos até ao acompanhamento das

Faria . 30 .
M. Santos

respectivas obras.

Complementando aqueles esclarecimentos, o Presidente da Câmara informou que a verba definida para o projecto - 05 - aquisições diversas, tem por fim a aquisição de edifícios declarados de interesse municipal, cuja recuperação beneficiará dos apoios financeiros do Estado.

Também no uso da palavra, e reportando-se ao projecto -06 - reabilitação dos espaços públicos exteriores, o Vogal Artur Lobo solicitou esclarecimentos acerca do que se pretende fazer no que respeita à acção 02 - equipamento urbano do Largo de S. Gonçalinho, e acção 03 - reabilitação da Praça Joaquim de Melo Freitas e Rua Domingos Carrancho.

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara informou que se pretende decorar a zona envolvente da Capela de S. Gonçalinho, no seguimento da filosofia de mobiliário urbano, tentando-se procurar a valorização dos pequenos espaços existentes, e fomentar a vivência humana.

Seguiu-se breve troca de impressões acerca da problemática da reabilitação da Praça Joaquim de Melo Freitas e do arranjo e beneficiação do Largo Maia Magalhães, tendo sido unanimemente manifestado o desejo da transformação daquelas zonas em praças de convívio, sendo também realçada a necessidade de se implementar uma política de sensibilização da juventude, por ser esta a camada que mais frequenta e utiliza aqueles espaços.

Encerrado o período de discussão e submetido à votação, o Objectivo 11 - Gabinete Técnico Local mereceu aprovação por unanimidade.

PONTO Nº. 9 - APRECIACÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1986 -(Generalidade) - Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Joaquim Mendonça para, face à correspondência existente entre o Orçamento e o Plano, propor que se passasse à votação do Orçamento.

Assim, foi aquele documento aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Seguidamente, iniciou-se o debate na ESPECIALIDADE, tendo o Director dos Serviços Administrativos, Sr. Alfredo José Alves Rodrigues, tecido algumas considerações sobre a sua elaboração, referindo que, conforme já havido sido salientado, o Orçamento reflecte exactamente o que foi aprovado relativamente ao Plano de Actividades.

O Vogal Faria dos Santos, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos acerca do que se pretende conseguir com a receita proveniente da venda de bens de investimento e ainda, pretendeu saber se o empréstimo de 60 mil contos inserido no Orçamento é já contraído ou se pretende a Câmara con

traí-lo ainda.

Tomando a palavra, o Chefe da Repartição Financeira da Câmara Municipal, Sr. Rui Barros, informou que a receita prevista resultará da alienação de terrenos em várias urbanizações bem como da alienação de alguns edifícios, onde se incluem nomeadamente os edifícios da Cooperativa de Ensino Santa Joana e o edifício do Centro de Saúde de Esgueira, prestando, ainda, alguns esclarecimentos técnicos.

Submetido à votação na especialidade (Receita e Despesa), foi o Orçamento aprovado por unanimidade.

O Vogal Faria dos Santos fez a seguinte declaração de voto: " A declaração de voto da minha bancada é no sentido de que este Orçamento se baseia em perspectivas de receita, despesa e de contribuições de fundos quer da CEE quer nacionais que poderão não vir a ser efectuados, de modo que o nosso apoio, como é evidente, é um apoio lato e na expectativa de que todas essas receitas se venham a confirmar ".

Pelas 18.30 horas o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

Rui Barros